

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

Giovanna Biston Facco

**Como se dá a securitização da imigração estadunidense em relação à América Latina:  
uma análise dos governos Trump a partir de teorias da Escola de Copenhague (2017-  
2021)**

Bacharelado em Relações Internacionais

São Paulo, SP

2025  
Giovanna Biston Facco

**Como se dá a securitização da imigração estadunidense em relação à América Latina:  
uma análise dos governos Trump a partir de teorias da Escola de Copenhague (2017-  
2021)**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Relações Internacionais, sob a orientação da prof., dr. – Luiza Rodrigues Mateo

São Paulo  
2025

À comunidade da Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo pelo  
apoio permanente.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus orientadores e aos meus professores. Eles foram responsáveis não só pelo meu aprendizado acadêmico, mas também pelas lentes com as quais eu vejo a vida. Também gostaria de agradecer aos amigos que construí ao longo da minha graduação, que me ajudaram a construir toda essa trajetória. Agradeço aos meus pais, e ao Eto, porque sem eles minha graduação não seria possível e ao Lucca, por tornar minha vida em São Paulo mais divertida.

## RESUMO

FACCO, Giovanna, B. **Como se dá a securitização da imigração estadunidense em relação à América Latina: uma análise dos governos Trump a partir de teorias da Escola de Copenhague (2017-2021)**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a securitização da imigração, no que diz respeito a imigração latina nos Estados Unidos durante o Governo Trump (2017 - 2021). A pergunta que guiará este estudo é: houve a securitização da imigração? Para entender tal questão, será feito um panorama das estratégias de imigração propostas na campanha eleitoral do presidente, a fim de contextualizar suas proposições para a comunidade latina. Após, será feita uma análise do documento de *National Security Strategy* da Casa Branca, para que seja esclarecido como o discurso político de imigração se tornou ou não securitizado, a partir das lentes da Escola de Copenhague. Desta forma, será traçado por meio de estudos sobre o tema e análise de discursos, os artifícios utilizados pelo determinado governo para consagrar a imigração como ameaça dentro da sociedade estadunidense. Busca-se então, averiguar: se as propostas eleitorais estão alinhadas com os documentos de estratégia, como a imigração estadunidense do Governo Trump foi securitizada segundo Copenhague e, por fim, será averiguada a urgência da imigração como pauta societal, a partir das mesmas óticas.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; Imigração; Securitização; Escola de Copenhague; Relações Internacionais

## ABSTRACT

FACCO, Giovanna, B. **How the securitization of U.S immigration policy toward Latin America unfolds: an analysis of the Trump administration based on theories from the Copenhagen School (2017-2021)**

This research aims to analyze the securitization of immigration, specifically concerning Latin American immigration to the United States during Donald Trump's presidency (2017–2021). The central research question guiding this study is: was immigration securitized? To address this question, the study will first outline the immigration strategies proposed during Trump's electoral campaign in order to contextualize his propositions regarding the Latin American community. Subsequently, an analysis of the White House's *National Security Strategy* will be conducted to clarify how immigration policy discourse became, or did not become, securitized through the lens of the Copenhagen School. Thus, through academic literature and discourse analysis, the goal is to identify the mechanisms used by the Trump administration to frame immigration as a threat within U.S. society. The study will examine whether electoral proposals align with strategic documents, how U.S. immigration under the Trump administration was securitized according to the Copenhagen framework, and, finally, how immigration was framed as a societal urgency under this same perspective.

**Keywords:** United States; Immigration; Securitization; Copenhagen School; International Relations

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>2. Contextualização histórica da imigração latina norte-americana e o Governo Trump.....</b>	<b>12</b>
<b>3. National Security Strategy sob a ótica da Escola de Copenhague.....</b>	<b>18</b>
<b>4. Conclusões.....</b>	<b>22</b>

## 1. Introdução

Em um mundo pós Guerra Fria, o conceito de segurança internacional se alarga, tomando novas ordens de relações. A definição de segurança estava em um espaço bem delimitado dentro do Estado, onde ameaças seriam provenientes da possibilidade de sua soberania ser ferida (BRANCANTE, 2009). Porém, após a queda do Muro de Berlim, a percepção da ameaça muda, fazendo com que os temas de segurança passem a ser pensados, entre outras coisas, conforme entendimentos de política externa (BRANCANTE, 2009).

Segundo a Escola de Copenhague, “um agente securitizante designa uma ameaça a um objeto referente especificado e declara uma ameaça existencial, com a implicação de ter direito de usar meios extraordinários para repeli-la” (Waever, 2000, p. 251). Em outras palavras, os Estados ou governos definem uma ameaça, constituem discursos específicos para justificar o medo e o enfrentamento desse objeto que ameaça a existência da configuração de uma nação. Ainda a partir das lentes da Escola de Copenhague, a segurança é vista como um “ato de discurso” (BRANCANTE, 2009), em que soluções trazidas para conter ameaças podem ser extraordinárias, a depender do caráter de urgência atrelado a elas e da ocorrência da legitimação pública (BUZAN, et al., 1998).

Assim, a segurança societal difere da segurança nacional, ao focar na identidade de uma sociedade e o que ela vê como ameaça a sua identidade (BUZAN, et al., 1998), o que pode atravessar fronteiras estatais. No caso da imigração, o objeto de ameaça provém da construção social que a identidade nacional e as características culturais podem estar sujeitas à mudança (CONTRERA; MARIANO; MENEZES, 2022).

Nos Estados Unidos, existe a retórica “nós” e “eles” (CONTRERA; MARIANO; MENEZES, 2022), presente na constituição da identidade norte-americana, e acentuados desde os atentados de 11 de setembro, em que a imigração carrega a imagem de algo com potencial para destruição, ou, como citado acima, para ameaçar a ordem vigente. Por exemplo, em 2003 é criado o Department of Homeland Security (DHS), em que a imigração passa a ser tratada como tema de segurança nacional (REIS, 2021). Segundo Huysmans citado em “Atos anti-imigração, crimigração e políticas migratórias” de Camila Custódio dos Reis, a imigração se transforma em um tema securitizado, em que a identidade política é construída através do medo e da alienação da sociedade.

Na campanha eleitoral de Donald Trump, a imigração foi amplamente utilizada como a culpada pela crescente violência e pela deterioração das condições trabalhistas dos norte-americanos (CONTRERA; MARIANO; MENEZES, 2022), em que os latino-americanos sofreram maior protagonismo dessa narrativa. Depois, quando é eleito, o presidente tenta implementar leis migratórias mais severas, mas não obteve sucesso por conta da divisão do legislativo (CONTRERA; MARIANO; MENEZES, 2022). Porém, este fato não fez com que o republicano recuasse em seus discursos anti migratórios, principalmente no que tange à população latina.

Desta forma, ao vincular a imigração a ameaças existentes, a análise da securitização da temática nos Estados Unidos torna-se crucial para o entendimento de como a segurança é construída em um mundo pós Guerra Fria e pós Guerra ao Terror. Seguindo a perspectiva da Escola de Copenhague, o que deve ser securitizado é subjetivo, sendo delimitado a partir de discursos de diversos locutores que influenciam uma população e de mobilização de recursos para um objeto de interesse considerado um risco, sem precisar estar alocado em uma ameaça existencial direta ou até mesmo real. Além disso, ao entender a questão do peso do discurso e o papel do medo do “outro”, é possível compreender como as determinações do que deve ser temido ou negado e o que é segurança estão estruturadas em motivações políticas e, no caso da securitização da imigração, nativistas e exclusionistas.

Desta maneira, o foco da pesquisa compreende em responder a pergunta proposta a partir do entendimento das motivações dos atores com a devida atenção aos detalhes que este tema requer, por isso a utilização do estudo de caso. Foi escolhido o modo case-centric pois não existe a possibilidade de extrapolação de teorias, além de ser o método ideal para geração de hipóteses segundo Alexander L. George e Andrew Bennet (2005). Assim, a questão da securitização será analisada no cenário da imigração latina para os Estados Unidos sob o governo Trump a partir dos relatórios de National Security Strategy.

Primeiramente, este estudo será feito a partir de fontes secundárias, a uma extensa análise da bibliografia competente construída acerca deste tema, a fim de dar fôlego teórico e explicativo ao estudo que será realizado. Desta maneira, estudo de produções acadêmicas já realizadas acerca do tema. Em um segundo momento, será feita a pesquisa documental: discursos governamentais (documentos) e posições oficiais no que tange ao assunto aqui descrito. Segundo Godoy (1995), a análise documental é propícia para estudar pessoas as

quais não se pode ter acesso físico, o que será de vasta utilidade para analisar posições estatais. Além disso, será investigado como os documentos de estratégia de imigração dos Estados Unidos para a América Latina ajudam a reverberar a hipótese da Escola de Copenhague, de como o discurso corrobora para a securitização.

A fim de entender melhor a securitização da imigração latina nos Estados Unidos, foram utilizadas as teorias da Escola de Copenhague, que surgiu nos anos 1990, justamente na tentativa de explicar a ampliação do conceito de segurança a partir da lente construtivista. Neste trabalho serão utilizados aportes teóricos de Ole Wæver, Barry Buzan, e Jaap de Wilde.

Segundo Ole Wæver em *Securitization and Desecuritization*, a securitização é um ato subjetivo, que depende do discurso e da mobilização da sociedade para validar a ação. Além disso, ele traz o termo “securitização”: “What then is security? With the help of languages theory, we can regard “security” as a speech act. In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act” (WAEVER, p. 55, 1995). Wæver descreve como segurança e securitização são termos distintos, uma vez que o segundo não necessita ser algo palpável, mas basta ser socialmente construído para instituir ameaça. Já Barry Buzan traz à discussão os prismas setoriais da securitização no livro *Security: A New Framework for Analysis*. No âmbito societal, Buzan traz a análise de como a sociedade se sente ameaçada a depender de sua identidade e o que a ameaça. O autor explica que o medo ocorre tanto em sociedades menores, quanto em sociedades mais complexas com diversos recortes: “The organizing concept in the societal sector is identity. Societal insecurity exists when communities of whatever kind define a development or potentiality as a threat to their survival as a community.” (BUZAN, p. 121, 1998). Barry também coloca aspectos sobre a imigração, e como ela pode se tornar elemento de securitização a partir do entendimento da mudança da ordem vigente ou da composição da população que se sente ameaçada. Os autores defendem a segurança como um ato performativo, ao colocar que qualquer tema pode virar pauta de segurança.

A escola de Copenhague alarga os conceitos de segurança, tirando o foco apenas da questão militar, cara aos realistas, e trazendo luz para outros temas que são objetos securitizados, considerando que existem ameaças delimitadas por atores que ultrapassam o sentido bélico, podendo ser de caráter multisetorial e que sempre partem de um ato de fala (speech-act). A securitização é quando um agente estabelece socialmente a existência de uma

ameaça à sobrevivência de uma sociedade, em que recursos urgentes podem ou devem ser mobilizados para garantir a segurança. Neste sentido, a ameaça só é algo consolidado quando há no entendimento social a percepção dela, podendo ser vista como um extremo da politização (DUQUE, 2009). Sendo assim, os autores entendem a segurança nos setores: militar, ambiental, econômico, societal e político, além de entenderem também a intersecção entre eles. Neste sentido, a imigração - o que é estudado nesta análise - pode ser enquadrada no setor societal, uma vez que os próprios autores a colocam como:

The referent objects in the societal sector are whatever larger groups carry the loyalties and devotion of subjects in a form and a degree that can create a socially powerful argument that this “we” is threatened. Since we are talking about the societal sector, this “we” has to be threatened as to its identity. (BUZAN, WAEVER, WILDE, p. 123, 1998)

Seguindo uma vertente intermediária entre a análise realista e a construtivista (análise abrangente), os autores colocam que a abordagem da interpretação da segurança internacional está diretamente relacionada à questão teórica dela mesma (DUQUE, 2009). Ainda, seguindo a lógica de Foucault em ordem do discurso, o que se entende como ameaça, se torna ameaça (BRANCNTE, REIS, 2009). Desta forma, como mostra o trecho exposto acima, os autores determinam a securitização da imigração como uma ameaça binária de aliado ou inimigo, que é colocada ao topo de uma agenda emergencial de caráter excepcional que deve ser analisada do viés da segurança pública (BRANCNTE, REIS, 2009). A ameaça da imigração, segundo Copenhague, diz respeito à identidade e trajetória cultural de uma população, não significando somente um risco fronteiro.

Críticos da teoria de segurança societal defendem que tratar a imigração como questão de segurança apaga as relações complexas que esta comporta dentro de uma sociedade. Além disso, securitizar a imigração com o propósito de se proteger de ataques terroristas - como feito pelos Estados Unidos a partir de 2001 -, é criar normas cotidianas para viver na exceção (BRANCNTE, REIS, 2009). Didier Bigo expõe que a securitização não afeta a sobrevivência de uma sociedade, mas sim, acentua a intolerância em relação às diferenças - existe uma fantasia de sociedade homogênea, onde diferentes hábitos e costumes são vistos como insegurança, ou seja, “um fenômeno estrutural é transformado em um adversário” (BIGO, 2002).

No caso estadunidense, a imigração é vista como questão de segurança desde muito antes dos ataques de 11 de setembro, onde a legislação e a sociedade corroboram um discurso nativista e excludente contra chineses, europeus e depois, contra latinos (CUNHA, 2012). Ao analisar a securitização da imigração do Governo Trump a partir também de uma trajetória histórica, não só a securitização, mas a criminalização da imigração presente nos Estados Unidos faz com que exista um paradoxo moral em que um país é constituído de imigrantes enxerga a própria imigração como ameaça. Nesta lógica, o governo do republicano é resultado de anos de articulação de repressão contra a população imigrante, chegando em uma lógica excludente e que se sustenta a partir de estereótipos e de discursos agressivos institucionalizados.

## **2. Contextualização histórica da imigração latina norte-americana e o Governo Trump**

A construção de uma identidade nacional pode ditar o jeito com que a população de um país determina sua visão em relação ao mundo e sua visão em relação a partes diferentes de si mesma em uma sociedade. No caso dos Estados Unidos, a ideia de uma ameaça, seja externa ou interna, sempre foi definitiva para a sustentação do Estado. Em sua gênese, por exemplo, após a consolidação de um ideário de “*self-made*”, ou seja, a terra das oportunidades para quem as busca, o país passa a enxergar a imigração chinesa como o mal a ser combatido, depois passam a ser os mexicanos (CUNHA, 2012) e ainda, durante a Guerra Fria, os soviéticos. Existe a criação da identidade estadunidense a partir do “*outro*”, portanto, os Estados Unidos se definem pela negação do que é diferente de si. Nesta lógica, as vontades nacionais, assim como as políticas públicas, são formuladas a partir da população como objeto de uma ameaça, sendo ela real ou não (Contera, Mariano, Menezes, 2022).

No caso da imigração, ela pode vir a ser securitizada em diferentes âmbitos. Segundo os autores da Escola de Copenhague, a imigração está na esfera societal, já que ameaça justamente a configuração da identidade nacional a partir de multiculturalismos e pluralidade, como exposto acima. A segurança societal é a resiliência de uma sociedade que persiste em sua forma essencial perante a supostas ameaças de mudanças ou ressignificações (Wæver,

1993; Buzan e Hansen, 2012). Porém, a securitização da imigração pode chegar a outros patamares: é o caso, por exemplo, de grupos como CCN (Carrying Capacity Network) e NumbersUSA, grupos da sociedade civil que se organizam pelo fim ou pela reforma da imigração, que a atrelam em outras análises setoriais expostas por Waeber, Buzan e Hansen. A CCN, um grupo de ativistas que visa “acabar com o que há de errado na América”, defende a imigração como parte dos problemas ambientais sofridos pelo país, como exposto na ata Contra Imigração em Massa, de 2025: “Mass Immigration threatens environmental and personal protection causing species extinctions, paving over farmlands and reduction of ground water supplies requiring some California counties to adopt toilet to tap water supply regimes” (CCN, 2025). Já o grupo NumbersUSA possui o discurso de imigração como um perpetuador de pobreza nos países mais pobres e vetor de pobreza nos EUA, como colocado na teoria de “*Gumballs*”, em que bolas de chiclete são usadas para explicar porque a imigração é danosa para a economia americana e para o restante do mundo (NumbersUSA, 2010). Nesta conjuntura, é possível identificar a extrapolação da imigração do setor societal para além da identidade, se tornando uma relação complexa entre população e atores securizantes, que abrange políticas públicas de segurança, econômicas e jurídicas.

Os Estados Unidos construíram uma trajetória histórica de securitização da imigração, seja ela na gênese da formação atual do país, seja ela necessária para as propostas econômicas ou não (livro). Nesta lógica, o nativismo desempenha papel estruturante para as relações de securitização, uma vez que está presente tanto no ideário de atores para formulação de políticas quanto na opinião pública. Sendo um modelo restricionista, “(...) trata-se de uma ideologia política antiestrangeiro fundamentada na noção de que, (...) as políticas migratórias devem restringir ou impedir a entrada de raças indesejáveis.” (livro, p. X). Segundo o historiador John Higham, a pauta imigratória é tratada de diferentes aspectos a depender da conexão com o indivíduo fora do país para o qual ele migra. No caso estadunidense, algumas nacionalidades podem ser vistas como representações de ideais anti americanos como totalitarismo e comunismo - caso de cubanos ou russos - ou até mesmo como raças inferiores, incapazes de absorver a cultura e valores fundamentais do país, como a religião protestante e liberalismo institucional - caso de chineses e mexicanos (CUNHA, 2012).

A partir disso, diversas leis, medidas e movimentações surgem a fim de compactuar com o ideal nativista. A criação do *Immigration Act*, de 1917, vem de esforços da criação da imagem do “novo imigrante”, ou seja, aquele que não segue as mesmas características dos primeiros imigrantes que formaram os Estados Unidos, portanto: aqueles que não eram um tipo específico de europeu (branco e protestante). Entretanto, a imigração poderia ser utilizada para fins econômicos, uma vez que imigrantes não eram concebidos como cidadãos ou, no limite, como iguais. A partir dos anos 1952, com a promulgação do Immigration and Nationality Act (INA) e, posteriormente, com a reforma imigratória, os Estados Unidos passam a impulsionar a diversidade étnica dos fluxos migratórios, uma vez que o INA excluía a América do Sistema de Cotas e priorizava a reunificação familiar (JÚNIOR, 2010). Porém, essa movimentação não marca, necessariamente, avanços em relação a como a imigração era percebida. Neste momento, os ideais norte-americanos deveriam ser assimilados por quem desejava prosperar no país:

Em 1952 foi aprovado o Immigration and Nationality Act of 1952, que também ficou conhecido como o Mc-Carran-Walter Act, legislação abolia as restrições a imigrantes que eram baseadas nos critérios raciais, o que demonstrou um certo avanço na proibição da imigração aos povos de diferentes regiões específicas do mundo. A partir desse momento, o que deveria ser levado em consideração para que ocorresse a entrada de um imigrante ao país, seria a sua conformidade com os valores que eram defendidos pela sociedade norte-americana. (JUNIOR, 2024, p. 21)

O Programa Bracero (1942-1964), criado para ser uma solução para a falta de mão de obra agrícola ocasionada pela Segunda Guerra, foi um movimento pendular migratório, uma vez que mexicanos eram requeridos para trabalhar, de maneira temporária e sob péssimas condições trabalhistas, no desenvolvimento agrícola e ferroviário de regiões próximas à fronteira mexicana dos Estados Unidos (JÚNIOR, 2010). Esse programa, embora permitisse a entrada de populações latina no país, não desenvolvia a imigração como algo frutífero, mas sim, corroborou para a percepção do “*outro*, uma vez que estas populações eram instrumentalizadas para o desenvolvimento e inseridas apenas em contexto de mão de obra. Mesmo com o fim do Programa Bracero, a demanda pela mão de obra continuou existindo e fluxos de mexicanos nos Estados Unidos continuaram acontecendo, porém, ela era respondida com intensificação da repressão à imigração não documentada. Segundo Ewing,

Martínez e Rumbaut (2015), esse processo estabelece um paradoxo: mesmo a economia necessitando desses trabalhadores, as instituições e os discursos públicos pregavam a sua criminalização. Isso culminou em um processo institucionalizado, inaugurando um regime político diferente para esta população, com punições desproporcionais, até mesmo para residentes legalizados.

Durante os Governos Clinton (1993-2001), houve operações estratégicas no que diz respeito à Border Patrol (JUNIOR, 2024). Em seus dois mandatos, o presidente estabeleceu fortes patrulhas fronteiriças, as “Hold the Line”, em anos diferentes na região do Texas, Califórnia e Arizona, com operações com o objetivo de barrar a imigração ilegal. Além disso, os Governos Clinton foram marcados pela reforma migratória de 1996, que visava controlar as fronteiras, combater imigrantes irregulares, deportar estrangeiros considerados criminosos e dar apoio financeiro aos Estados que tinham representação imigratória nos EUA. O governo promoveu investimentos para militarização e controle territorial, endureceu sanções contra empregadores que utilizavam mão de obra informal migratória e instituiu na deportação como resposta à permanência irregular. Criou o Programa Nacional de Detenção e Remoção, que “triplicou o número de imigrantes considerados criminosos. Com isso, a capacidade de detenção foi aumentada em 46% (PAIK, 2020)” (JUNIOR, 2024, p. 25). Em paralelo, era mantido o discurso de integração dos imigrantes, principalmente regulares e refugiados. Essas medidas contribuíram para a sofisticação da criminalização da imigração, uma vez que envolve setores econômicos, militares, prisionais e governamentais.

No pós 11 de setembro, sob a administração de George W. Bush, as políticas migratórias sofreram um endurecimento, onde imigração e terrorismo se tornam termos amalgamados. A imigração passa a ser vista pelas lentes do Departamento de Segurança Interna do país. Neste momento, é possível verificar como a securitização atua: a ameaça da desestabilização da ordem trazida pelos imigrantes torna-se assunto emergencial na agenda governamental, portanto, do ator securitizador. Ainda, há o alargamento do que é segurança por parte das políticas de Estado, uma vez que o país se vê em constante ameaça externa, inaugurando a “Guerra ao terror”, que visava o rígido controle fronteiriço e checagem de documentação dos indivíduos. (X, XXXX). Além disso, o imigrante era visto como ameaça quando era a possível causa de desestabilização de relações bilaterais e violador da cultura local (HERZ, 2002):

O fato é que, depois dos atentados do 11 de setembro de 2001 os Estados Unidos transformaram profundamente a maneira de encarar a presença de imigrantes em seu território promovendo um endurecimento nas políticas migratórias as deixando cada vez mais restritivas para os que estavam no país como também à chegada de visitantes aos EUA (JUNIOR, 2024, p. 31).

Já em 2008, durante os Governos Obama e com a crise do país, houve a diminuição da oferta de empregos e, em consequência, a inibição do interesse migratório. Foi durante este governo que existiram movimentações para uma maior integração dessa população nos Estados Unidos, em alinhamento com a Declaração Universal de Direitos Humanos. É o caso, por exemplo, do Programa DACA (Deferred Action for childhood arrivals), que impedia, em certa medida, uma deportação da população mais jovem de imigrantes, com o argumento de que essas pessoas já teriam perdidos relações com seus países de origem e já haviam se estabelecido e criado raízes no país norte-americano. Entretanto, os jovens deveriam atender a uma série de critérios para conseguir permanecer onde estavam, inclusive fornecer todas suas informações pessoais. Isso também garantiria ao Estado um acesso mais fácil a essas pessoas, que poderiam ser deportadas de maneira mais rápida caso houvesse o encerramento do Programa (JUNIOR, 2024). Embora o presidente tenha se manifestado a favor dos imigrantes e conciliado certas políticas migratórias, seus governos foram marcados pelo maior número de deportações de um presidente desde então, o que indica uma maior maleabilidade nessas políticas, porém não contemplou mudanças estruturais que ressignificam significativamente a imagem ou a condição de vida da maioria dessa população.

Esses fatores explicitados mostram a lógica migratória que foi construída no país desde sua gênese. Os Estados Unidos, muito embora tenham sido criados pelo imaginário da mistura de povos e do novo, formam estruturalmente e socialmente entraves para uma absorção de imigrantes, mesmo que em contextos de maior flexibilização ou de governos ditos como mais progressistas, como o caso exposto dos Governos Obama. Isso não é diferente durante o Governo do Republicano Donald Trump, que atualiza velhas medidas contra “inimigos internos”. O ex-presidente, durante seu mandato e em suas campanhas eleitorais, radicalizou o discurso anti-imigratório, criando um vínculo direto entre imigração, criminalidade e ameaça cultural (PAPAKYRIAKOPOULOS; ZUCKERMAN, 2021, p. 6-8),

sendo essas ideias amplamente difundidas por canais midiáticos. Já em seus primeiros momentos de mandato, Trump recorreu a ordens executivas, políticas punitivistas e discursos que fomentaram o ódio contra essa população.

Em 2017, foram determinadas as ordens executivas 1376 e 13768, que dispunham sobre as “Melhorias na Segurança de Fronteiras e na Aplicação da Lei de Imigração” e “Reforço da Segurança Pública no Interior dos Estados Unidos”, que ampliaram a atuação do ICE (U.S Immigration and Customs Enforcement), que intensificou as deportações sumárias e reativaram programas de cooperação com autoridades locais (US DHS, 2017). Além disso, uma das imagens mais marcantes de seu governo foi a Política de Tolerância Zero, em que crianças imigrantes foram separados de seus pais em instalações para imigrantes menores de idade. Cortes em programas de reassentamento de refugiados, o cancelamento do DACA e a imposição de empecilhos burocráticos para asilos contribuíram para a “*crimmigration*” (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL, 2015), em que o imigrante é tratado como criminoso, somente pela sua presença irregular.

Segundo a Escola de Copenhague, a legitimidade de medidas extraordinárias é subjetiva, sendo pautada no discurso e em como esse discurso é percebido - “It is by labelling something a security issue that it becomes one – not necessarily because a real existential threat exists, but because the issue is presented as such by a securitizing actor and accepted as such by a relevant audience” (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 24). Neste sentido, a retórica do ex-presidente busca garantir a homogeneidade étnica e cultural de um país que associa a diversidade à condenação de um modelo de nação (RBCS), que, como explicitado acima, não é infundado pelas bases norte-americanas. A partir da análise de Contrera, Mariano e Menezes (2022), que categoriza alguns discursos importantes de Trump em suas campanhas e em seus anos de mandato, existem estratégias discursivas retóricas que fomentam a construção de identidade coletiva na perspectiva construtivista: descrições detalhadas do ator, mencionar apoio de autoridades à causa, referir-se à custo humano ou financeiro, ilustração (seja por exemplos fictícios ou não), jogo de números, categorização pessoas dentro de grupos, entre diversos outros.

Neste sentido, eles concluíram que o republicano enfatiza o “*nós*” e “*eles*”, em sua retórica, para identificação de um inimigo e ameaça. Alguns dos exemplos trazidos pelos autores são de Executive Orders e Presidential Proclamations, podendo ser ilustrados pelos

trechos: “They’re laughing at us, at our stupidity.”; “They are not our friend.”; “But they’re killing us economically.”; “When Mexico sends its people, they’re not sending their best.”; “Because we have no protection and we have no competence, we don’t know what’s happening.”. Assim, cria-se no imaginário da população uma ameaça de nível cotidiano, e que é necessária uma movimentação de autoridades para que sejam sanados os perigos. O imigrante é visto como o destruidor da identidade nacional e contra o bem-estar da população.

Ainda no que tange à construção dos discursos de Donald Trump, Orestis Papakyriakopoulos e Ethan Zuckerman, em um mapeamento e análise da mídia e quais colocações do ex-presidente mais estavam repercutindo, concluíram que intensidade das representações enviesadas de mexicanos nos veículos de comunicação estão estatisticamente associados a incidentes de crime de ódio. A partir do estudo dos autores, a nomeação de Trump está estatisticamente associada a um salto na cobertura da mídia em “imigração”, além de ter duplicado as menções a “latinos”, de 2013 a 2019, com menções negativas em grande parte das notícias se comparado ao período anterior ao de Trump, em que as mídias que citavam ou “latinos” ou “imigração” tinham valência neutra. Isso não só exemplifica a relevância do assunto em nível nacional, mas mostra a condição atrelada a essas populações.

É possível então, verificar a centralidade da imigração como eixo estruturante da identidade nacional estadunidense. Tal lógica fica ainda mais explícita quando analisada pelas medidas governamentais para essa população, pois formam um paradoxo: ao mesmo tempo que os imigrantes são, por vezes, radicalmente repelidos, eles também são não só a constituição da identidade dos Estados Unidos, mas também o motivo de largas agendas e instituições. No caso especificamente de Trump, esse paradoxo fica escancarado de maneira performática, pois vira a centralidade e o que condicionou o seu governo. Assim, o imigrante vira símbolo de ameaça permanente, sendo super-representado de maneira negativa em veículos de comunicação, em instituições, e em agendas governamentais.

### **3. National Security Strategy sob a ótica da Escola de Copenhague**

Segundo o Atlantic Council, A Lei estadunidense de Segurança Nacional de 1947 determina que os presidentes do país devem apresentar um relatório de estratégia de

Segurança Nacional, o de National Security Strategy of United States of America, para demonstrar à população elementos de sua política externa e de seus ideais de segurança interna. Atualmente, existem seis pilares que o líder do executivo deve demonstrar em um documento como esse: i) papel dos Estados Unidos no mundo; ii) prioridades de segurança; iii) orientação de alocação de recursos de segurança; iv) articulação de estratégias de políticas de segurança; v) justificativa de orçamento e vi) informação ao debate político sobre seus esforços em segurança nacional (Atlantic Concil, 2019). Este documento, elaborado pelo Poder Executivo americano é um guia que define a administração pública em relação às políticas sobre o que é visto como ameaça.

Para demonstração de como o discurso de securitização da imigração foi utilizado durante o Governo Trump, foi analisado o documento de National Security Strategy of United States of America, de dezembro de 2017. Entende-se que narrativas oficiais do governo são um tipo específico de discurso, uma vez que comunicam à população uma estratégia, posição ou modo focado de agir, podendo ser ilustração de ideologias e carregados de significados. Para fins de análise, o foco foi a imigração.

Na introdução do discurso, já é possível identificar o tom que o ex-presidente trouxe consigo de palanques da propaganda eleitoral, na assinatura do documento. Ele abre com a promessa de “tornar a América grande novamente”, garantindo a proteção das fronteiras, o avanço dos valores e a manutenção da soberania, com uns de seus lemas, “*America first*”. O combate da imigração considerada indevida é citado como um dos principais pilares de estratégia de segurança de seu governo, de maneira a corroborar com o imaginário de “nós” contra “eles”, como mostra o trecho: “At home, porous borders and unenforced immigration laws had created a host of vulnerabilities. Criminal cartels were bringing drugs and danger into our communities” (NSS, 20217).

A partir de Buzan et al. (1998), a ameaça societal existe quando uma comunidade sente que sua identidade, seu idioma, seu modo de ver o mundo é ameaçado, justificando agendas agressivas e emergenciais. No documento executivo, as tradições e os princípios de liberdade são descritos como sucateados, pela perda de herança nacional e pela fragilidade das instituições, que não são assistidas por pessoas que apreciam os ideais americanos. A passage “We stood by while countries exploited the international institutions we helped to

build.” (NSS, 2017), ilustra como a ameaça do estrangeiro é latente, ameaçando a cultura e identidade americana mesmo fora de suas próprias fronteiras estatais.

O documento mostra a naturalização da exceção como tecnologia do governo. Um dos planos de segurança descritos por Trump é “Strengthening control over our borders and immigration system is central to national security, economic prosperity, and the rule of law.”, que está diretamente relacionado à construção discursiva da migração como uma ameaça existencial a comunidade. No trecho descrito (na seção “Protect the American People, the Homeland, and the American Way of Life”), é possível verificar a securitização a partir de um ator com autoridade (neste caso, o presidente) que reconhece e performa publicamente um discurso que define algo como ameaça a sobrevivência de um objeto referencial. Ao referenciar o estilo de vida americano que está sob ameaça por conta de elementos que deturpam a ordem, o republicano cumpre a securitização. Neste caso, a fronteira física é convertida em fronteira moral, sendo a transgressão desse limite tratado como uma contaminação e um apodrecimento da sociedade, não apenas com fatores econômicos ou ameaça à segurança física, muito embora esses elementos também estejam presentes no NSS.

Wæver (1995) coloca que a segurança é uma intervenção que reconfigura o mundo. Portanto, ameaças são produzidas e cíclicas, no sentido em que se há a construção de algo ameaçador (real ou não), recursos serão alocados e delimitações políticas serão feitas para sua supressão. Ainda em “Protect the American People, the Homeland, and the American Way of Life”, Donald Trump reconhece a importância da contribuição histórica dos imigrantes no país, porém reitera como a imigração ilegal sobrecarrega a economia, prejudica trabalhadores americanos e representa riscos à segurança pública. Além disso, na mesma lógica de exaltar um tipo certo de imigrante, o ex-presidente coloca que as entradas que serão permitidas no país serão aquelas que não representem um risco à segurança e estejam de acordo com o interesse nacional, ficando novamente explícito a subjetividade da ação. Muçulmanos jihadistas também são apresentados como a principal ameaça transnacional enfrentada pelos Estados Unidos, sendo descritos como não assimiladores de nenhuma ordem ou racionalidade, uma clara alusão às políticas imigratórias do pós 11/setembro.

The United States recognizes that decisions about who to legally admit for residency, citizenship, or otherwise are among the most important a country has to make. The United States

will continue to welcome lawful immigrants who do not pose a security threat and whose entry is consistent with the national interest, while at the same time enhancing the screening and vetting of travelers, closing dangerous loopholes, revising outdated laws, and eliminating easily exploited vulnerabilities. We will also reform our current immigration system, which, contrary to our national interest and national security, allows for randomized entry and extended-family chain migration. Residency and citizenship determinations should be based on individuals' merits and their ability to positively contribute to U.S. society, rather than chance or extended family connections. (National Security Strategy, 2017, p. 19)

Trazendo não só o aspecto da ameaça societal para análise – embora seja a mais utilizada pelo presidente – na seção que aborda a estratégia especificamente para a América Latina, cria-se uma imagem de contenção. Os latino-americanos são tratados como um povo amistoso e útil se contidos, estando à mercê de políticas insurgentes que não compactuam com o ideal americano e, portanto, sendo potencialmente perigoso (NSS, 2017). Neste sentido, a segurança detalhada é a física, uma vez que os argumentos utilizados para justificar o potencial ameaçador latino são a entrada de drogas no país, organizações criminosas transnacionais e violência trazida por esses povos. Além disso, existe a estratégia militar de segurança, que não visa apenas o controle fronteiriço, mas também a expansão armamentista para dentro dos territórios dos países latinos.

A análise do National Security Strategy evidencia a securitização sistemática da imigração durante o Governo Trump através do discurso. Ao colocar uma construção identitária excludente e pautada em forjar um inimigo interno, a securitização transpassa o campo social da política e se transforma em uma estratégia bem consolidada de governo. Vale ressaltar que a política de estratégia de Donald Trump é produto de diversas movimentações jurídicas e governamentais que criminalizam a imigração e atuam no imaginário americano a ideia de uma ameaça ao “American way of life”. Ao pautar quem pertence e quem deve ser contido, o ex-presidente legitima a ordem nativista estadunidense através da securitização, com bases argumentativas subjetivas. A imigração passa a ser instrumentalizada para defesa de uma identidade nacional, com os países latino-americanos sendo apenas e diretamente relacionados ao narcotráfico e corrupção, com justificativas para intervenções diretas fora das fronteiras, e repressão institucionalizada se dentro dos Estados

Unidos. Portanto, o National Security Strategy é um exemplo da securitização discursiva institucionalizada, criando política pela lógica da ameaça.

#### 4. Conclusões

Pode-se verificar que a securitização, à luz da teoria construtivista da Escola de Copenhague foi realizada durante o governo de Donald Trump através do discurso institucional do National Security Strategy. Dessa maneira, torna-se evidente o papel do discurso para a construção de uma imagem específica do imigrante, de ameaça a ordem e de uma população criminoso. Assim, é possível também verificar o alargamento da questão de segurança nos Estados Unidos, não colocam no topo da agenda questões apenas militares, pois tratam de segurança com a subjetividade e razões políticas explicitadas pelos autores construtivistas.

O processo de transformação do imigrante em ameaça se dá no campo institucional, social e legal, assim como apresentado pela trajetória histórica de ex-presidentes norte-americanos e pela própria construção do país nos séculos XIX e XX. Os Estados Unidos provaram a recorrência de eleição de inimigos estatais e da população, sejam os chineses, os russos comunistas, os mexicanos e os latinos. Isso demonstra como o país forja sua lógica nacional a partir da negação do que não lhes cabe, em um dilema entre “*nós*” e “*eles*”.

Neste contexto, a imigração vira objeto de securitização por representar justamente essa negação, da não absorção de valores compreendidos como essenciais e universais, sendo precisamente enquadrado na lógica de Copenhague de ameaça ao setor societal. Assim, a tradição de pensamento nativista aportado em toda trajetória estadunidense também corrobora para a institucionalização da “*crimmigration*”, atravessando a sociedade, o legislativo e o executivo.

Em conclusão, o documento executivo analisado não é deslocado de uma sociedade ou fruto de uma párea política, mas sim, foi desenvolvido anos a fio por fragmentos constituintes da sociedade americana, em que se cria um paradoxo entre a “terra das oportunidades” com um país que cria instituições e imaginários contra a população estrangeira. Discursos securitizantes acabam por tornar cíclico conceitos descolados da

realidade, que desfavorecem populações vulneráveis com o estereótipo da criminalização e da insegurança.

### Referências Bibliográficas:

BIGO, Didier. *Security and immigration: toward a critique of the governmentality of unease*. *Alternatives*, [s.l.], v. 27, Special Issue, p. 63–92, 2002.

BRANCANTE, Pedro Henrique; REIS, Rossana Rocha. A “securitização da imigração”: mapa do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 76, p. 73–104, 2009.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *The state and political sector*. In: \_\_\_\_\_. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998. cap. 6, p. 141-162.

CAMILA, Custodio dos Reis. *Atos anti-imigração, crimigração e políticas migratórias: o conservadorismo e o protecionismo estatal*. 2021.

CARRYING CAPACITY NETWORK. *Mass immigration threatens U.S. environment and safety*. Carrying Capacity Network, Alerta de 7 mar. 2025.

CONTRERA, Flávio; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart. Retórica da ameaça e securitização: a política migratória dos Estados Unidos na administração Trump. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, p. e3710802, 2021.

CUNHA, Filipe Brum. *Imigração aos Estados Unidos da América: análise histórica e tendências no início do século XXI*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, p. 85–104, 2002.

MENDES, Camila Oliveira. *A securitização da imigração: um mapa do debate*. Brasília: IPEA, 2022. (Texto para Discussão, n. 2792).

NUMBERSUSA. *Re-envisioning immigration*. NumbersUSA, [s.d.].

PAPAKYRIAKOPOULOS, Orestis; ZUCKERMAN, Ethan. The media during the rise of Trump: identity politics, immigration, “Mexican” demonization and hate-crime. *Palgrave Communications*, [s.l.], v. 7, n. 1, 2021.

PRATA, Gabriel Luiz da Guia Malta. *A história da política migratória na formação dos Estados Unidos e a dimensão securitizadora das suas fronteiras*. João Pessoa, 2023. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47–80, jan./jun. 2003.  
UNITED STATES. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, D.C.: The White House, dez. 2017.

WÆVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46-86.